

# FELICIDADE COMO OBJETIVO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

---

## MARCOS AURÉLIO DORNELAS

Doutor em Sociologia. Docente do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. [madornelas@gmail.com](mailto:madornelas@gmail.com).

## CATARINA DA SILVA SOUZA

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Educação pela UFPE. Docente da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)- UFPE, [souzauag@gmail.com](mailto:souzauag@gmail.com)

## RESUMO

Neste trabalho discutimos, a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico, a relação entre felicidade e educação escolar. Em nossa sociedade, pelo menos desde o advento da modernidade, a educação, notadamente a escolar e formal é tratada como meio de ascensão social e de potencial promotora de bem-estar individual e social. A partir de uma discussão que perpassa a filosofia, a sociologia e a teoria da educação, buscamos debater alguns pontos da relação escola e felicidade. Não negamos a importância da conexão entre bem-estar e felicidade, mas argumentamos ao longo do texto que a educação baseada em valores éticos identificados com a solidariedade e com o respeito às diferenças podem ser um ponto de apoio mais seguro para ser feliz do que as ideias prevalentes na sociedade de consumista.

**Palavras-chave:** Felicidade, Educação, Objetivos educacionais.

## INTRODUÇÃO

**A**o considerarmos a escola como algo que pode interferir na forma de perceber e alcançar a felicidade, logo percebemos o quanto se cria grandes expectativas em torno da instituição escolar. Mas será que é possível pensar a escola e a educação escolar como um espaço de busca ou de concretização da felicidade individual ou mesmo coletiva?

Não pretendemos no espaço deste trabalho responder tão complexo questionamento. Nosso objetivo é discutir alguns pontos de convergência entre educação e a busca pela felicidade. A própria forma como colocamos essa última sentença já é reveladora de uma questão importante que nos parece típica da modernidade: porque *buscamos* a felicidade?

Não negamos que uma parte da felicidade é projeto; o que dá sentido e força aos projetos e planos. Entretanto, assim colocando, ser feliz parece ser sempre algo que virá no futuro. Sendo um projeto, a princípio não está acessível no presente. Nesse ponto é onde vemos uma primeira aproximação com a educação escolar.

É notório que a escola moderna é vivenciada como um local de passagem, de preparação. Se assim quisermos colocar, a escola é vista pelo senso comum como um meio de se habilitar para a felicidade futura, quase sempre atrelada a noção de bem-estar. Para ter um bom emprego ou trabalho no futuro, para ser um bom cidadão no futuro, para bem cuidar do planeta no futuro. A escola é um espaço de projeção, ou, na melhor das hipóteses, de treino para a vida adulta. A própria vida, em seu sentido pleno parece estar fora da escola.

Ao levantarmos tais hipóteses de trabalho, buscaremos dialogar, evidentemente sem qualquer pretensão de esgotar o tema – com filósofos, sociólogos, educadores, enfim pensadores que se ocuparam da felicidade em vários momentos do processo histórico de construção da civilização ocidental. Não apenas por praxe, mas por reconhecer a importância da abordagem, trataremos dos filósofos clássicos gregos, focaremos nos tempos modernos e finalizamos nossa discussão debatendo a contemporaneidade.

## A BUSCA PELA FELICIDADE COMO PROBLEMA

Quando ainda na introdução de *A arte da vida*, Bauman (2009) nos desafia a parar um pouco a busca pela felicidade para refletir um pouco sobre

o problema da tal busca, ele chama atenção para um problema antigo e ao que tudo indica longe de ser solucionado: quais são os elementos que envolvem a felicidade humana tanto no sentido objetivo quanto subjetivo.

De um ponto de vista objetivo tudo parece simples ao menos no nível do senso comum: a felicidade parece ligada ao grau de bem-estar material numa dada sociedade: quando mais riqueza, maior o grau de segurança social e dos índices de felicidade. Bauman (2009) nos adverte que não é bem assim, na verdade os dados apresentados pelo sociólogo demonstram que o bem-estar material não tem relação com a sensação de felicidade das pessoas.

Marías (1989) seguindo um caminho diferente mas que chega a uma conclusão parecida, coloca que a pergunta tão cara à humanidade desde pelo menos a Antiguidade, a saber: se somos felizes; já não é um problema de nosso tempo. Hoje, argumenta o autor, a pergunta “deixou quase inteiramente de ser feita, e a razão é que dá por suposto que a felicidade consiste no fato de que se cumpram certas condições” (MARIAS, 1989, p.183)

Mesmo com o aumento da expectativa de vida, com acesso a mais recursos de manutenção da saúde em termos de remédios, alternativas de tratamento, etc., mais oferta de alimentos, maior sensação de segurança e, ao menos nos países capitalistas centrais, um aumento mesmo da riqueza monetária, não está claro se as pessoas se tornaram mais felizes. Neste sentido, conforme Marias (1989), parece estranho a nossos contemporâneos que pessoas que possuem as condições normalmente ligadas ao que se considera bem-estar, para espanto do senso-comum, não são felizes.

A equação aparentemente autoevidente de que aumento de renda, de posses e o conseqüente – ao menos em tese – aumento na qualidade de vida torna as pessoas felizes, parece não funcionar para além de um discurso legitimador da felicidade ligada ao consumismo. Evidentemente não se pode desprezar o bem-estar, tampouco ele é causa única da felicidade, “a felicidade não consiste simplesmente em estar bem, e sim em estar fazendo algo que encha a vida”. (MARIAS, 1989, p.184). Cumpre observar, entretanto, como nossa sociedade fixa as formas do bem viver para se atingir a felicidade. O que passaremos a considerar.

Buscar a felicidade é um direito declarado e supostamente garantido, basta ver, por exemplo, a Constituição Estadunidense, inspirada na Declaração de Direitos de Virgínia, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e tantos outros. A apropriação economicista do discurso presente nos referidos documentos, entretanto, faz com que sejamos convencidos a seguir com

nossa busca, a projetarmos nossa vida, a enfrentarmos dificuldades para alcançar a tão almejada felicidade cuja demonstração mais evidente e bem acabada sob o capitalismo seria a consecução de bens e renda.

Mas, se o que argumentamos até agora faz sentido, o meio monetário não é totalmente eficaz para tornar-se feliz. Então, qual seria a forma correta, assumindo que haja uma? Tal questão não tem uma resposta simples. Fato é que o sistema econômico sempre ganha, afinal, quando o indivíduo 'dá certo', ou seja, encontra o caminho da felicidade, é pela esfera do consumo, e quando 'dá errado' não deixa de consumir, há um enorme mercado de antidepressivos e de paliativos para as dores das pessoas não adaptadas, afinal o indivíduo é culpabilizado pelo seu alegado fracasso.

Mesmo que nos concentremos naqueles que 'dão certo' e podem comprar bens no mercado, argumenta Bauman (2009), os bem de fato importantes para a felicidade não tem preço de mercado, na verdade, tampouco estão a venda. Amizade, amor, a autoestima de realizar bem um trabalho, o reconhecimento e a simpatia de colegas e mesmo a espontânea proteção dos que nos são próximos quando de apoio precisamos, não estão disponíveis para compra.

Do mesmo modo, há que se dizer que o investimento de tempo e recursos para acumular bens e usufruir deles acabam por vezes por nos afastar justamente das interações sociais acima identificados como promotores da sensação de felicidade. Colocando de outro modo, talvez a busca desenfreada pela felicidade no sentido monetário, ligado somente a bem-estar nos afaste da felicidade, em lugar de a ela nos levar.

Assim, fica claro que somos forçados, ou ao menos induzidos a crer – na medida em que a realidade aponta o contrário, estamos operando no campo das crenças – que há uma relação direta entre positiva e consumo. “A maneira de ver as coisas é sempre influenciada por ideias recebidas, que deixam de funcionar como ideias problemáticas, como se fossem crenças (MARÍAS,1989, p.188).

A principal consequência de se equiparar felicidade com consumo de mercadorias, nos lembra Bauman (2009), é o fato de que a busca pela felicidade nunca chega a um termo. Afinal, há sempre um novo objeto de desejo, um novo produto que garanta bem-estar ou traga um status diferenciado. O aprendizado que leva a falsa premissa precisa ser aprendida desde tenra idade e nisto a publicidade é bastante eficiente. Antes que possamos refletir sobre o fato, somos levados a crer que a felicidade pode ser comprada e o

perfil de compra define quem é a pessoa, lhe confere um lugar na sociedade de consumo.

A modernidade, nos chama atenção Bauman,(2009) **tem como uma de suas características a superação de um modelo de sociedade no qual a identidade era atribuída de uma vez por todas**, afinal antes as pessoas nasciam em suas identidades e com elas seguiriam por toda a vida. Na modernidade a identidade é uma tarefa do sujeito, ela precisa ser realizada. Na pós-modernidade, ou melhor, na hiper-modernidade (LIPOVETSKY, 2004), dado o aprofundamento das características moderna, sequer construímos nossa identidade de forma definitiva. A identidade é maleável e mesmo fluída, modelada por uma sucessão de momentos descontínuos.

Nossa identidade de consumidor é somente uma dentro do leque de constante (re)formulação do ‘eu’ em nossa modernidade líquida (Bauman, 2001). A felicidade neste caso está contraditoriamente longe e sempre ao alcance, “numa sociedade de compradores e numa vida compras, estamos felizes enquanto não perdemos a esperança de sermos felizes”.(BAUMAN, 2009, p.28).

Para se manter a esperança de tornar-se feliz é pré-condição haver indefinidamente novos inícios. A própria vida, nos coloca Bauman (2009), precisa ser pensada como episódios sucessivos com algum grau de interdependência com enredos e personagens próprios. Marías (1989) num sentido parecido fala em aprazamentos das diversas etapas projetivas da vida humana, para cada etapa se “pretende uma felicidade própria, que se consegue ou não, em certo grau; em todo caso, a noção mesma de felicidade vai ligada a essas etapas”(MARÍAS, 1989, p.189). A fase escolar é justamente um desses momentos. A escola requer um engajamento particular com atividades e conteúdos que nem sempre serão utilizados na vida pós-escolar. A escola acaba sendo somente mais um espaço de consumo de serviço, como tantos outros no capitalismo. Nem mesmo os colegas com os quais dividimos anos de vida no espaço escolar são preservados para outras fases da vida, com poucas exceções.

São cada vez mais raros, principalmente nos centros urbanos, as escolas de bairro nas quais as comunidades participam da vida escolar, onde os professores são moradores das redondezas e são vistos como pessoas importantes na formação por vezes de pessoas de mais de uma geração das famílias do local. Mas, ainda há esse tipo de espaço escolar e a perspectiva da felicidade que vamos tratar aqui sob diversos prismas teóricos e filosóficos tem por fundo argumentativo a necessidade de por em movimento

perspectivas como a de Baumam (2009) quando coloca que ainda sobrevive nas relações sociais o que ele chama de ‘prazer dos prazeres’ o da ligação que vincula pessoas entre si e mesmo pessoas e objetos de forma afetiva por meio de engajamentos que envolvem dedicação de tempo e de atenção e porque não dizer, de cuidado com o outro. “A fórmula adequada da felicidade seria estar sendo feliz” (MARÍAS, 1989, p.190). Esse estar se dá inequivocamente pelo convívio. A percepção disso, em si, já é felicidade.

## A ESCOLA E A FELICIDADE

Primeiramente, cabe discutirmos quais seriam os motivos da valorização e do conseqüente avanço das pesquisas na área da educação na modernidade, na medida em que não se trata de uma questão autoevidente, como talvez possa parecer à primeira vista.

Para Costa, existe uma valorização da educação nas sociedades modernas e isto acontece “[...] pelos menos em parte devido à crença que as pessoas e os governantes têm de que a educação é algo de bom e desejável para o aumento do bem-estar da sociedade” (1984, p.45). O que, de certa forma, aproxima a discussão entre escola, ascensão social e felicidade, considerando o contexto social em que vivemos que vincula a educação à níveis mais elevados de renda e associando este fator ao aumento da qualidade de vida e uma certa noção de felicidade.

No Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a educação tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho<sup>1</sup>”. Tal objetivo preconizado pelo Sistema Educacional Brasileiro é entendido como obrigação da família e do Estado, uma vez que, a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais<sup>2</sup>”

Neste sentido, os objetivos da educação, segundo Rigal (2000, p.189) seriam:

contribuir no plano público, para o desenvolvimento de uma cultura do discurso crítico sobre a realidade concreta; socializar os valores e as práticas da democracia nos âmbitos

1 Cf. Art. 2º. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

2 Cf. Art. 1º. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

institucionais cotidianos que facilitem a participação ativa e crítica e as experiências de organização.

Assim sendo deveríamos, através da escola, ter acesso a uma educação que oportunizasse o indivíduo a tornar-se crítico e atuante no processo social, entendendo e valorizando sua cultura, bem como, sua formação humana através dos valores imprescindíveis para o convívio social, tais como: respeito, justiça e empatia, contribuindo para a alcançar a felicidade.

Neste sentido, é possível argumentar que a escola poderia contribuir para o que poderíamos chamar de conquista da felicidade quando, tendo em vista a consideração de Ricotta (2006, p.163), prepara e incita “valores no espaço público, como civismo, cidadania, solidariedade, competência, ética, uso do tempo e outros [...]”, e não quando reduz sua função à possibilidade de ascensão social que se por um lado alça alguns poucos indivíduos, termina por excluir e oprimir a maior parte da sociedade.

Portanto, o fato de termos acesso à escola e a tomarmos como um dos meios de alcançar a felicidade passa a ser um problema no nível individual e mesmo no sentido da coletividade, a partir do momento que a enxergamos apenas como uma fornecedora de oportunidades, sem dar a devida importância aos objetivos da formação humana ética e moral relacionadas à felicidade; notadamente a solidariedade, tolerância, responsabilidade, identidade e direito.

No que se refere estritamente a ética no meio educacional, Boto (2001) nos mostra que há relação entre a autonomia da vontade e a formação pedagógica que a habilita, isto porque, a ação ética está ancorada na intencionalidade da ação. Assim, o sujeito moral é capaz de decidir, escolher seus atos, e esta capacidade de escolha é orientada pelo reconhecimento da fronteira entre o justo e o injusto.

Este reconhecimento tem caráter de aprendizagem ao longo da vida, sendo, desde modo, processual, fruto de experiências acumuladas, fazendo parte de um exercício contínuo de aprender, escolher, avaliar e procurar escolher melhor continuamente. Neste sentido, busca-se evidenciar uma aproximação possível entre moralidade e educação do juízo moral. Neste momento, nos aproximamos de uma perspectiva de felicidade possível no presente, no próprio ato de ensino e aprendizagem e, portanto, na escola.

Neste sentido, a noção de ética estaria relacionada a doutrina das virtudes como por exemplo, justiça, piedade, saúde e força, estando, desde então relacionado aos seus atos, que tenderiam para o “bem”, aproximando-se do prazer e da felicidade. Assim, a ética é entendida como ação dirigida ao bem,



que depende das nossas decisões, tendo como objetivo a busca por uma vida de acordo com parâmetros valorosos, assim, “[...] o agir ético, então, corresponderia a um dado exercício da alma, exercício continuado e cotidiano, motivado pela própria suposição da universalidade do bom enquanto bem comum e compartilhado” (BOTO, 2001, p. 126).

Podemos aprofundar esta discussão a partir dos escritos de Aristóteles sobre as virtudes, entendidas como disposições de espírito, sendo desenvolvidas, principalmente, pela força do hábito e conseqüentemente tecendo relações com a dimensão pedagógica da ética. Na filosofia de Aristóteles existe um “bem” para onde todas as nossas ações tenderiam, ou seja, a finalidade de todos os nossos atos. Daí sua preocupação em investigar tal fato, visto que este conhecimento teria grande importância para os homens. O filósofo considera que este bem pertence às ciências políticas, pois, teria como finalidade o bem humano e assim,

[...] ainda que esse fim seja o mesmo para o indivíduo e para a cidade-Estado, o fim desta última parece ser algo maior e mais completo, seja a atingir, seja a preservar; e embora seja desejável atingir esse fim para um indivíduo só, é mais nobre e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-Estados (ARISTÓTELES, 2005, p.18).

Assim o autor considera a felicidade como sendo o “bem” e confirma dizendo que “tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem que esse bem supremo é a felicidade e consideram que o bem viver e o bem agir equivalem a ser feliz”(ARISTÓTELES, 2005, p.19). Desta forma, vendo a felicidade como o bem em si, podemos entendê-la como sendo a finalidade de nossas ações, pois, se “existe uma finalidade visada em tudo que fazemos, tal finalidade será o bem atingível pela ação, e se há mais de uma, serão os bens atingíveis por meio dela” (ARISTÓTELES, 2005, p.25).

Segundo esse pressuposto, a felicidade é absoluta e incondicional, pois, “é sempre desejável em si mesmo e nunca no interesse de outra coisa” (ARISTÓTELES, 2005, p.25), diferente das virtudes, como o prazer e a honra, que buscamos visando à felicidade. Aristóteles adiciona também a característica de auto-suficiência, “assim a felicidade é algo absoluto e auto-suficiente e a finalidade da ação” (ARISTÓTELES, 2005, p.26).

Cabe ainda colocar que as ações do/no cotidiano exercem um papel fundamental na concepção aristotélica de felicidade, pois, segundo Bosch (1998, p. 187) o filósofo afirma que “[...] o homem é um ser vivo, necessariamente ativo; sua felicidade, se ele é capaz de ter acesso a ela, não pode

consistir num estado passivo”. Logo, os atos realizados são cruciais para o sentimento de felicidade, visto que é através deles que direcionamos nossa vida, para isso, quanto mais virtuosas forem nossas decisões, mais nos aproximaremos daquele sentimento.

Para o filósofo a virtude se dividiria, de acordo com as subdivisões da alma, que seriam as Intelectuais ou Dianoéticas e as Morais ou Éticas. A razão em si possibilitaria o desenvolvimento das primeiras e se dividiria em três partes: sabedoria filosófica, compreensão e sabedoria prática. As virtudes morais ou éticas estariam presentes na parte racional da alma onde temos a influência da irracionalidade, ou seja, seriam nossos impulsos, apetites e desejos. Desta forma, atentando para as duas espécies de virtude, a intelectual e a moral, como poderíamos alcançá-las? Aristóteles (2005, p.40) afirma que “a primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiências e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida em resultado do hábito”.

Assim as virtudes nos são apresentadas, porém, precisamos criar o hábito de utilizá-las para podermos nos aperfeiçoar, ou seja, só nos tornamos justos se praticarmos diariamente atos justos. Aristóteles também nos explica como devemos vivenciar as virtudes, pois “está na natureza das virtudes o serem destruídas pela deficiência e pelo excesso” (ARISTÓTELES, 2005, p.42). Por exemplo, se nos preocupamos com nossa saúde não podemos praticar exercícios físicos em excesso e nem podemos deixar de praticá-los. O próprio filósofo utiliza este exemplo “porque para explicar as coisas invisíveis, devemos recorrer à evidência das coisas sensíveis” (ARISTÓTELES, 2005, p.42). O que podemos concluir desta reflexão é que nossas virtudes são preservadas pela mediania, ou seja, devemos sempre procurar o meio-termo e fugir dos excessos e deficiências.

Outros fatores que interferem nas virtudes são o prazer e a dor, pois, sempre tentamos fugir do sofrimento e buscando o prazer. Porém para conseguirmos isso, nem sempre realizamos atitudes virtuosas. Sobre isso Aristóteles (2005, p.34) é taxativo: “a excelência moral relaciona-se com prazer e sofrimento; é por causa do prazer que praticamos más ações, e por causa do sofrimento que deixamos de praticar ações nobres” ( p.43). Sobre isto Bosch (1998, p.191) afirma, baseado em Aristóteles, que,

[...] a felicidade reside no sentimento de que eu estou avançando na direção certa, que obro para o bem, que desenvolvo meu ser em conformidade com sua essência. Às vezes o prazer vem juntar-se a isso, quando minha atividade

rende algum sucesso, mas é apenas um acompanhamento, não é nem o objetivo da ação nem o componente essencial da felicidade.

Assim, as disposições da alma que influenciam as nossas ações são três: o excesso, a deficiência e a mediania. Porém o filósofo reconhece a dificuldade de nos mantermos sempre no meio-termo. Ele considera que “dos dois extremos, um é mais errôneo e o outro menos” (ARISTÓTELES, 2005, p.54), então o que devemos fazer é “inclinarmos no sentido do excesso e outras vezes no sentido da falta, pois, assim chegaremos mais facilmente ao meio-termo e ao que é certo” (ARISTÓTELES, 2005, p.55).

Reunindo estes aspectos referentes à virtude, passamos a entender o que Aristóteles coloca quando defende que praticando atos justos nos tornamos pessoas justas, pois, escolhemos e deliberamos voluntariamente os meios que devemos seguir, dependendo da nossa vontade e da prática diária na busca do meio-termo das nossas disposições de caráter.

Enfim, a felicidade não está somente no divertimento, pois, não nos esforçamos tanto somente para este fim. É importante para relaxarmos e nos prepararmos para continuar nossa atividade além disso, está presente nas atividades virtuosas. Porém, o homem também sente necessidade de bens exteriores, na medida em que nos alimentamos e precisamos estar saudáveis e bem cuidados.

Portanto, a felicidade dependeria de nossas decisões e atos de acordo com a virtude, mas também os bens materiais aparecem como pontos importantes na perspectiva aristotélica e com eles surgem os desejos. Segundo Comte-Sponville (2006, p.37),

[...] também para Aristóteles, a sabedoria é uma arte de viver feliz: ele considera, porém, que em nossa felicidade há elementos que não dependem de nós. Com certeza, para ser feliz, devo ser virtuoso, livre e capaz de ‘conduzir minha própria vida’, mas, para isso, preciso não viver na miséria ou na desonra, preciso ter amigos, gozar de boa saúde e que minha pátria não viva sob opressão ou em guerra civil. Tudo isso não depende de mim, ou depende apenas parcialmente .

Com efeito, em Aristóteles, encontramos reflexões envolvendo o ser humano em si, salientando a importância de sempre buscar melhorar sua relação consigo mesmo e com os outros, e também a preocupação em evidenciar sobre o papel que os bens materiais exercem sobre a felicidade.

Para Aristóteles, como vimos, a felicidade constitui o objetivo por excelência da vida humana. Sendo assim, os princípios educacionais que emanam de sua obra filosófica nos levam a crer que “[...] a virtude, associada às noções do fazer e do agir, torna-se uma das noções mais fundamentais da educação no âmbito de uma pedagogia ativa, que ainda hoje constitui o objetivo principal da reflexão pedagógica moderna”. (Hourdakis, 2001 p.11)

Entendemos, assim, que a educação ética está relacionada ao controle dos instintos e das determinações externas recusando possíveis paixões. Assim, sua essência estaria entre uma vida boa almejada e a realização cotidiana das virtudes. Configurando-se como o ponto máximo da potência humana concretizada através do ato.

## ESCOLA, FELICIDADE E MODERNIDADE

Tomando um ponto de vista panorâmico, podemos afirmar que a modernidade se caracteriza pela busca por novas formas de felicidade, várias delas fundadas na noção de progresso como fator importante para o bem-estar individual e social. Em relação a isto, Giannetti afirma que “[...] o grande divisor de águas no tocante à evolução da noção de progresso civilizatório e do seu impacto sobre a felicidade humana foi o iluminismo europeu do século XVIII – a ‘era da razão’ baseada na fé sobre o poder da própria razão” (2002, p.21).

As novas concepções de felicidade influenciam e são influenciadas por mudanças sociais de ordem econômica e política. A nova concepção de razão que se gestava, segundo Giannetti “[...] assinala uma clara ruptura em relação às ideias dominantes no mundo antigo, medieval e renascentista” (2002, p.22).

Para Kant, um dos mais destacados representantes do período, o campo da ética é entendido como uma particularidade do homem, uma vez que, este, dispõe da capacidade de escolha. Neste sentido, compreende o Imperativo Categórico como o “bem”, constituindo-se como um dever, uma obrigação. Assim, os homens escolheriam as suas normas, fazendo com que elas adquirissem validade universal devido à moralidade, regulando assim, o campo do agir, sendo esta, uma condição para tornar-se digno da felicidade. Isto quer dizer que teríamos a obrigação de agir de acordo com a noção de “bem” considerada universal, traduzindo isto tanto pelas suas estratégias como pelos seus propósitos, pois, neste caso, “[...] a obrigação é a necessidade de uma ação livre sob um imperativo categórico da razão” (KANT, 2003, p.229).

Entendemos, desta forma, a necessidade de validar as virtudes éticas universais para que sejam reconhecidas por todos e se estabeleçam como ordenações do comportamento, e assim, o agir deve seguir a moral universalmente aceita, seja qual for o resultado. Isto porque, nem sempre a nossa ação vai garantir a felicidade particular, uma vez que o objetivo será agir seguindo os mandamentos da moral, pois, segundo Martins (2019, p.46), para Kant “[...] a moral não objetiva trazer a felicidade, mas a vida moral torna o ser humano mais digno de ser feliz, no entanto ela não pode ser confundida como um passaporte para a felicidade”

Kant criou um modelo ético que se baseia na capacidade inerente ao ser humano de julgar, desta forma, a vontade se destaca como uma ideia de autonomia do sujeito, reconhecendo as distinções entre o bem e o mal. Por isso, ele acreditava no poder do conhecimento como produção da autonomia, tornando possível o seu usufruto de forma plena (BOTO, 2001). O acesso a este conhecimento, contribuiria para a tomada de consciência do indivíduo quanto à sua liberdade, conferindo uma independência fundamentada na capacidade racional de decidir por si mesmo o que é o dever, sendo este, de certa forma, um dos objetivos do iluminismo. Dito de outro modo: a possibilidade do indivíduo, através da razão, agir com autonomia, acima dos interesses particulares.

Neste mesmo sentido, Piaget, argumenta que a autonomia é uma consequência do ato educativo, ou seja, o ensino contribui com a formação moral do indivíduo. Ao fazer uma comparação entre normas sociais e jogos, Piaget (1994, p.23) considera estes importantes para compreender e incorporar ativamente as normas sociais mais amplas. Uma vez que nos jogos as crianças vivenciam um “sistema complexo de regras, isto é, todo um código e toda uma jurisprudência” e defende que o respeito às suas regras consiste na essência da moralidade.

Piaget parte do entendimento de que durante a infância, a criança obedece aos pais independentemente da sua compreensão quanto ao significado dessas ordens e, através dos jogos, seria possível identificar o desenvolvimento da consciência da importância das regras e de todo o processo de entendimento e interiorização da sua prática, ou seja, enquanto as normas são impostas pelos adultos, as regras dos jogos são elaboradas, ao menos em parte, pelas crianças. Possibilitando além de uma melhor compreensão quanto ao sentido e a razão destas regras, também uma mais profunda interiorização como resultado do consentimento mútuo e da consciência autônoma.

Deriva desta explanação que, para Piaget (1994) existiriam duas formas diferentes de moralidade, uma baseada na obediência, coerção e punição, que seria a moral heterônoma e outra baseada no respeito e na igualdade, que seria a moral autônoma. Neste sentido, Boto (2001), traz uma importante reflexão quanto ao aprendizado da moral e dos princípios de conduta, chamando atenção para a diferença entre ética e civilidade, uma vez que, por vezes, enfatizamos comportamentos convencionais das boas maneiras que não dão conta da complexidade das relações humanas e do juízo moral imprescindível para a convivência em sociedade.

## A ESCOLA E A FELICIDADE HOJE

Diante do que colocamos cumpre ainda perguntar: como pensar a educação atualmente em sua relação com a felicidade? Diante das características da nossa sociedade consumista, pragmática e utilitarista e das inúmeras consequências dessa realidade, a relação entre escola, família e formação ética é tomada de uma complexidade considerável. É ponto pacífico que a escola, seja ela crítica ou não, é o espaço por excelência da formação para o trabalho e para a prática cívica. Numa perspectiva crítica que aqui defendemos, Sampaio (2007, p.37) defende que “é necessário repensá-la e fazê-la servir à vida, à realização humana, social e ambiental”.

Quando a educação se volta para as necessidades sociais, objetivando formar cidadãos críticos e ativos socialmente, a prática escolar que se fundamenta meramente nos saberes sistematizados e entregues prontos para os estudantes, tende a perder força, pois, o educando passa a ser atuante e transformador da realidade. Para Sampaio(2007 p.46), “[...] neste contexto, a educação exerce um papel fundamental no resgate do seu real significado: *educere* – puxar para fora. Colocar para fora todo o potencial interno no desenvolvimento dos valores humanos”.

A sociedade que se preocupa com a formação humana dos cidadãos encontra na educação a principal fonte de disseminação de valores e princípios importantes para seu desenvolvimento. Na concepção de Hourdakís (2001. p.13) “o conveniente e o justo, o bem e a medida, a felicidade da sociedade e do indivíduo, que constituíram o âmbito no qual Aristóteles situou sua teoria da educação, são também o que poderia constituir os principais eixos da educação de hoje”.

Vista desta forma, a educação deixa de colocar-se a serviço da manutenção das desigualdades sociais e avança no sentido de favorecer uma

sociedade mais justa e igualitária, transformadora da realidade social. Tratando-se destas responsabilidades que envolvem a educação, o professor inserido neste contexto, trabalha visando a construção do conhecimento interdisciplinar do aluno, mostrando sua verdadeira finalidade. Segundo Sampaio (2007 p.69),

[...] educar é dar sentido às práticas e atos do cotidiano. É mais que desenvolver a inteligência e habilidades. É fazer do indivíduo um ser útil a sociedade e ao mundo. É através dessa missão que a educação irá ganhar importância e credibilidade no seio da sociedade .

A educação que aborda a formação humana, como buscamos evidenciar, deve preocupar-se em buscar desenvolver nos alunos valores importantes para a convivência em sociedade, como por exemplo, a solidariedade, a justiça, a cooperação, entre outros. Porém, este complexo trabalho requer empenho de todas as partes envolvidas, pois, “é preciso que família e escola sejam guardiãs e catalisadoras dos valores humanos, tão universais como as verdades científicas que devem ser absolutamente protegidas” (SAMPAIO, 2007, p. 153). Através do conjunto de esforços oriundos da escola, família e sociedade, a educação poderá contribuir para além da superação de números puramente quantitativos.

Pensar uma educação com propósito ético requer preocupação com aspectos que vão além de apenas passar instruções, é necessário uma formação humana que prepare para a sabedoria, sendo “[...] compreendido como Imperativo Categórico da ação educativa” (BOTO, 2001, p. 138).

Neste sentido, o educador deve estimular a livre manifestação dos talentos dos educandos, onde a igualdade de oportunidades atue na construção da identidade individual e conseqüentemente da sociedade. Pensar a ética na escola requer atenção especial quanto à universalidade e ao coletivo, reconhecendo a importância do passado como memória, da atualidade e do futuro como um campo para construções de novas possibilidades. Para Boto (2001,p. 140),

[...] a educação para a ética se firmaria mediante a reafirmação dos preceitos de democracia e, ao mesmo tempo, mediante a ampliação e o reconhecimento de um alargamento do campo desses direitos que, quanto mais coletivos, tendem a ser mais universais.

Com isso, demonstramos a importância em se pensar a universalização dos direitos a partir do reconhecimento das diversas formas de manifestação da cultura presente em nossa sociedade, atentando para o compromisso da educação em incluir; evidentemente com o reconhecimento das especificidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando consideramos a existência de modelos e práticas educacionais baseados na defesa de valores humanos e sociais, como a criticidade e a liberdade, o quantitativo de aprovação nas avaliações externas à escola deixa de ser a única régua da qualidade da Educação Básica. Por outro lado, não é possível ignorar o fato de que estas duas formas de pensar a educação contribuam para a conquista da felicidade em nível pessoal, basta que o indivíduo possa escolher livremente seu próprio caminho. O que argumentamos e discutimos ao longo das linhas aqui ensaiadas é que sendo a felicidade aparentemente o objetivo principal do ser humano em qualquer tempo e em qualquer lugar do planeta, então a educação deveria ser fundamentada nesta perspectiva.

Assim sendo, a educação escolar não somente pode, mas deve contribuir para a consecução da felicidade a partir do momento em que não apenas permite acessar os saberes que podem ajudar alguém a ter um bom trabalho de modo a garantir o próprio bem-estar individual, mas também, e diríamos, principalmente porque viabiliza o contato vivo e interativo com valores humanos, tendo o exercício da virtude como uma das noções fundamentais do processo.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



BOTO, Carlota. **Ética e educação clássica: virtude e felicidade no justo meio.** Educação & Sociedade. Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 22, n. 76, p. 121-146, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/6362>>.

BOSCH, Phillipe Van den. **A filosofia e a felicidade.** Tradução de: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COMTE-SPONVILLE, A.; DELUMEAU, J.; FARGE, A. **A mais bela história da felicidade: a recuperação da existência humana diante da desordem do mundo.** Tradução de: Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

COSTA, Messias. Et al. **Educação e desigualdade no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOURDAKIS, Antoine. **Aristóteles e a educação.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARÍAS, Julián. **A Felicidade Humana,** São Paulo, Duas Cidades, 1989.

MARTINS, João Paulo. **Educação e ética em Kant:** a importância da pedagogia da autonomia para a constituição moral do sujeito. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança.** 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.

RICOTTA, L. **Valores do educador: uma ponte para a sociedade do futuro.** São Paulo: Ágora, 2006.

RIGAL, Luis; IMBERNÓN, F. (org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato.** Tradução de Ernani Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SAMPAIO, Dulce Moreira. **A pedagogia do ser: educação dos sentimentos e valores humanos.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.